

# AGRICULTURA ALTERNATIVA E RESISTÊNCIA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA COMUNIDADE VACA MORTA NO ALTO URUGUAI - RS (1980)

ALTERNATIVE AGRICULTURE AND RESISTANCE: ANALYSIS OF THE EXPERIENCE OF THE VACA MORTA COMMUNITY IN ALTO URUGUAI - RS (1980)



Émerson Neves da Silva<sup>1</sup>

## Resumo

O presente trabalho analisa a relação entre a agricultura alternativa e a agroecológica a partir do exame da experiência de resistência da comunidade Vaca Morta, no município de Três Arroios - RS. O foco da análise reside na reação da comunidade ao processo de modernização capitalista da agricultura através do desenvolvimento da agricultura como alternativa. O conceito de experiência histórica de E. P. Thompson é utilizado para compreender o processo de organização social da comunidade, a qual, em meio ao contexto histórico de luta contra o Regime Militar e pela democratização do Estado brasileiro, estabelece ações que fortaleceram a organização coletiva e produtiva da região do Alto Uruguai - RS, capaz de lançar as bases sociais e tecnológicas para a gestação da agricultura agroecológica na região.

**Palavras-chave:** agroecologia; resistência camponesa; agricultura alternativa.

## Abstract

The present work analyzes the relationship between alternative and agroecological agriculture based on the examination of the resistance experience of the Vaca Morta community, in the municipality of Três Arroios - RS. The focus of the analysis is on the community reaction to the process of capitalist modernization of agriculture through the development of agriculture as an alternative. E. P. Thompson's concept of historical experience is used to understand the process of social organization of the community, which, in the midst of the historical context of the struggle against the Military Regime and for the democratization of the Brazilian State, establishes actions that strengthened the collective and productive organization of the Alto Uruguai region - RS, capable of launching the social and technological bases for the gestation of agroecological agriculture in the region.

**Keywords:** agroecology; peasant resistance; alternative agriculture.

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em História e colaborador do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação da mesma instituição. E-mail: [emerson.silva@uffs.edu.br](mailto:emerson.silva@uffs.edu.br).



## Introdução

Este trabalho é fruto do projeto de pesquisa cujo objetivo é problematizar a relação entre a agricultura alternativa e a formação agroecológica. Como a investigação está em curso, o texto apresenta considerações preliminares sobre a constituição da agricultura alternativa e a transição para a agroecologia, tendo como escala de análise a atuação de agricultores da comunidade Vaca Morta (CVM), localizada no município de Três Arroios - RS.

A partir da abordagem de Thompson<sup>2</sup>, em especial da categoria de experiência histórica, o trabalho analisa a contribuição da CVM no Alto Uruguai - RS para a produção agrícola baseada na agricultura alternativa, visando compreender o contexto histórico e o processo de resistência do grupo. A partir do exame da resistência protagonizada por famílias da CVM é possível refletir acerca da relação dialética entre a agricultura alternativa e a agroecológica. A análise do estabelecimento da agricultura alternativa possibilita a compreensão das contradições sociais, políticas e ideológicas que contribuíram para a formação da agroecologia.

É importante destacar que a CVM está situada no norte do Rio Grande do Sul. Sendo um território caracterizado pela preponderância da agricultura familiar. Essa área sofreu, a partir da década de 1970, os impactos da modernização capitalista da agricultura, o que contribuiu para o êxodo rural de parte da população rural. Contudo, esse cenário também protagonizou experiências de resistência dos agricultores familiares, sendo a da CVM um paradigma, pois criou as condições históricas para o desenvolvimento da agricultura agroecológica na região.

Destaca-se que não é objetivo do presente trabalho abordar a constituição da agricultura agroecológica, mas estudar o processo histórico de desenvolvimento na CVM da agricultura alternativa enquanto uma estratégia de resistência ao processo de modernização da agricultura capitalista, transformando-se em um meio de coesão social que contribui para o surgimento

---

<sup>2</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



de uma experiência pioneira da agricultura agroecológica na região na década seguinte, 1990.

O presente trabalho problematiza o processo de modernização capitalista da agricultura brasileira desenvolvido pelos governos militares, o que teve impacto negativo na agricultura camponesa e familiar. Essa modernização fortaleceu a grande propriedade rural, baseada na monocultura para exportação e nesse modelo agrícola o uso de insumos agroquímicos<sup>3</sup>.

O trabalho apresenta os principais elementos históricos da agricultura alternativa. Contextualiza a resistência dos agricultores e agricultoras ao pacote tecnológico difundido pelos militares, ou seja, analisa a experiência social protagonizada por ambientalistas, agricultores e intelectuais que se contrapõem à modernização capitalista.

É pertinente destacar o caráter popular da agricultura alternativa. Longe de ser apenas uma experiência movida por intelectuais, mas conjuga a contribuição de pesquisas científicas, instituições, como universidades e organizações não governamentais, com a ação de sujeitos sociais populares no campo brasileiro, ou seja, lideranças de agricultores imersas na resistência ao regime militar e democratização do Estado.

### **O regime militar e o modelo de desenvolvimento baseado na modernização capitalista da agricultura brasileira**

Ao final da Segunda Guerra Mundial abriu-se um novo período de desenvolvimento do capitalismo. A hegemonia econômica e política passou a ser exercida pelos Estados Unidos, que assumiram o papel de conduzir o capitalismo diante da ameaça do socialismo soviético. Através da implementação do plano de reconstrução da economia europeia, denominado “Plano Marshall” (1947-1951), contribuiu efetivamente para a transnacionalização do capitalismo.

Nesse contexto emergiu a modernização da agricultura que se valeu do progresso tecnológico ocorrido com a guerra. Esse processo visava aumentar a produtividade na agricultura e contemplava a necessidade de abastecimento

---

<sup>3</sup> DELGADO, Guilherme Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora Ícone, 1985.



alimentar mundial. Assim surge um novo modelo tecnológico denominado de “revolução verde”, composto por novas práticas e métodos agrícolas que se baseavam no uso de insumos industriais, em especial fertilizantes químicos, agrotóxicos e máquinas (tratores, colheitadeiras) na produção.

A transformação do capitalismo nos países “desenvolvidos” impactou decisivamente a realidade econômica brasileira. A nova configuração geopolítica do mundo após a Segunda Guerra Mundial atribui um novo papel aos países periféricos. A estratégia de recuperação econômica do capitalismo “central” passa pelo controle da periferia.

O fim da Segunda Guerra Mundial delimita o início de uma nova era, na qual a luta do capitalismo por sua sobrevivência desenrola-se em todos os continentes, pois onde não existem revoluções socialistas vitoriosas, existem fortes movimentos socialistas ascendentes. Os fatos cruciais, nessa evolução, são a revolução iugoslava, o advento das democracias populares, a revolução chinesa e a revolução cubana. Nessa situação, o controle da periferia passa a ser vital para o “mundo capitalista”, não só porque as economias centrais precisam de suas matérias-primas e dos seus dinamismos econômicos, para continuarem a crescer, mas também porque nela se achava o último espaço histórico disponível para a expansão do capitalismo<sup>4</sup>.

O Brasil alterou o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações para o capitalismo dependente das corporações financeiras e transacionais. Para Fernandes<sup>5</sup>, na década de 1950 ocorre o fenômeno da segunda tendência de irrupção do capitalismo monopolista enquanto realidade histórica. Destaca que esse processo ocorreu em virtude de dois fatores: a) interesse das economias centrais e da comunidade internacional em deslocar recursos para o Brasil, articulando o crescimento econômico para a acumulação baseada nas corporações transnacionais; b) decisão das classes dominantes nacionais em efetivar o processo de modernização dependente do capitalismo brasileiro.

Contudo, a alteração da perspectiva do desenvolvimento nacional não foi um ato consensual na política econômica do país. O golpe civil militar realizado em 1964 e os sucessivos governos autoritários promoveram as condições para a

---

<sup>4</sup> FERNANDES, Floresta. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 297.

<sup>5</sup> FERNANDES, Floresta. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 299.



internacionalização da economia do país. A vontade empresarial, ou seja, a vontade da classe dominante nacional encontrou ressonância nas políticas públicas, sobretudo no modelo de desenvolvimento implementado pelos militares<sup>6</sup>. Em síntese, o Estado usou recursos externos para financiar obras de infraestrutura que visavam atrair o investimento de empresas transnacionais, o que projetaria o Brasil no cenário internacional. Na prática, estreitou os laços de dependência do país com o capital financeiro e as corporações estrangeiras.

Cabe destacar que a formação do capitalismo dependente não era uma construção histórica resultante de forças externas apenas, mas, sim, da opção das classes dominantes do Brasil que atuavam junto ao capitalismo central para implementá-lo<sup>7</sup>.

A partir da década de 1960, a internacionalização do capital potencializou a agricultura baseada nos princípios produtivos da revolução verde. Houtzager<sup>8</sup>, considera que a preocupação central do governo de Castelo Branco era a modernização da agricultura brasileira visando ao crescimento econômico. Pode-se afirmar que em virtude dessa importância estratégica o campo foi palco de ações de repressão às organizações populares, antecipando a violência de Estado que seria a marca do Ato Institucional publicado em 1968. No entanto, em virtude do poder das oligarquias regionais, ocorreu um impasse que impediu o andamento do processo de modernização da agricultura.

O projeto do governo para a zona rural mal saiu do papel. Ele foi vítima de um impasse, em parte pelas oligarquias regionais, que revelava a grande dificuldade de qualquer esforço do Estado de intervir de forma mais decisiva na zona rural “aberto” no qual se permitia que o Congresso funcionasse<sup>9</sup>.

Em 1968, com o governo de Artur e Costa Silva, o regime militar assumiu caráter de maior autoritarismo do Estado, fortalecendo e ampliando o controle da sociedade civil. Dessa forma, o impasse do Estado com setores das classes

---

<sup>6</sup> FERNANDES, Floresta. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006. p. 301.

<sup>7</sup> FERNANDES, Floresta. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

<sup>8</sup> HOUTZAGER, Peter. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Globo, 2004, p. 50.

<sup>9</sup> HOUTZAGER, Peter. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. p. 50.



dominantes regionais, que dificultavam o processo de modernização do campo, foi superado. Com essa intencionalidade, o governo militar apresentou um “novo grupo de tecnocratas que consideravam a modernização da agricultura crucial para estimular o crescimento econômico e restabelecê-lo”<sup>10</sup>.

É pertinente salientar que o campo brasileiro era um espaço marcado por significativas contradições, conflitos e mobilizações populares já antes do golpe militar. Em 1962, o Estado reconheceu o direito da sindicalização rural em detrimento do posicionamento contrário da patronal. Já em 1963 foi aprovado, após uma década de debates no Congresso Nacional, o Estatuto do Trabalhador Rural, que estendeu ao campo uma série de direitos trabalhistas vigentes apenas para os trabalhadores do meio urbano desde a década de 1930. Em 1964, seis meses após o golpe militar, foi aprovado o Estatuto da Terra regulamentando a concepção e a forma da reforma agrária. De outra parte, a Emenda Constitucional nº 10 de 1964 estabeleceu que as terras desapropriadas por interesse social fossem indenizadas por títulos da dívida pública. Esse conjunto de legislações demarcou o reconhecimento do Estado à diversidade de interesses presentes na realidade agrária do país, ao direito da representação de classe (patronal e trabalhadores) e ao papel de intervenção em momentos de conflito social.

A garantia institucional dos direitos dos trabalhadores rurais e camponeses na seara institucional contrastava com a dificuldade da organização popular diante da repressão do Estado. Portanto, o reconhecimento de direitos não significou que o Estado estava disposto a promover políticas públicas que garantissem a melhoria das condições de vida da população do campo. Longe disso, o Estado atuou no sentido de contemplar demandas anteriores dos latifundiários no processo de modernização da agricultura.

Se em primeiro momento os empresários rurais se sentiam ameaçados pelo golpe em razão da aprovação do Estatuto da Terra, logo depois grande parte de suas demandas no período anterior virou o norte das novas políticas públicas. Assim, por meio de incentivos fiscais para projetos agropecuários e crédito farto e barato, foi promovida a modernização tecnológica nas áreas de cultivos

---

<sup>10</sup> HOUTZAGER, Peter. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. p. 53.



tradicionais e estimulada a ocupação das fronteiras pelos grandes capitais expulsando os posseiros<sup>11</sup>.

Por outro lado, a ideia de segurança nacional implementada pelos militares foi responsável por articular a essência do projeto de modernização da agricultura, ou seja, o crescimento da agricultura a partir da introdução do modelo tecnológico baseado na revolução verde; a integração do território nacional, o que possibilitou a expansão da fronteira agrícola; o controle do trabalho rural através do sindicalismo tutelado pelo Estado através da oferta de serviços, como saúde e seguridade social.

Os militares protagonizaram a modernização capitalista da agricultura. Essa construção social produzida pelo Estado exigia a transformação do latifundiário em empresário rural, justificando, dessa forma, a grande propriedade agrícola, agora sob a égide simbólica do moderno: a razão capitalista. A identidade de empresário rural foi estabelecida com a colaboração da Sociedade Rural Brasileira e da Sociedade Nacional de Agricultura. O discurso dessas entidades partia da “retórica da penalização da agricultura”, a qual consistia em afirmar que a agricultura vinha sendo prejudicada com os benefícios estatais fornecidos aos empresários industriais. Sendo assim, a ação do Estado na perspectiva da modernização agrícola e a atualização dos latifundiários convergia no mesmo ponto: alterar o modelo agrícola sem ruptura estrutural, ou seja, manter o velho modelo fundiário baseado na grande propriedade com uma roupagem nova e considerada moderna.

Assim, o regime militar forjou as condições políticas e sociais para o implemento de um novo modelo de agricultura assentado no capital estrangeiro. A agricultura familiar encontrou dificuldades para se manter no contexto econômico baseado na modernização da agricultura brasileira. A agricultura empresarial se articulou com a indústria e imprimiu um novo padrão produtivo

---

<sup>11</sup> MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. “Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX”. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 124.



baseado no cultivo intensivo do solo, na utilização de insumos químicos e no emprego de máquinas industrializadas.

De fato, a agricultura moderna era sinônimo de subordinação do setor agropecuário à indústria e ao setor financeiro. A expansão do capital valeu-se do modelo tecnológico homogeneizante da produção alicerçado na grande propriedade, no cultivo de monoculturas e na dependência do mercado externo. Essa modernização impactou a agricultura camponesa e familiar empurrando uma grande massa de famílias da zona rural para as cidades, ao passo que potencializou problemas ambientais em virtude do uso intensivo de agroquímicos na agricultura. Altieri<sup>12</sup> alerta que “a presença de agrotóxicos em águas subterrâneas, superficiais e para consumo se tornou uma externalidade cada vez mais grave da agricultura moderna”. Essa realidade deriva da opção de desenvolvimento com base nos interesses das corporações econômicas produtoras de *commodities* e alimentos.

[...] a primeira onda de problemas ambientais está profundamente enraizada no sistema hegemônico, que promove a monocultura, o uso de tecnologias dependentes de elevados aportes de insumos e a adoção de práticas agrícolas que provocam a degradação dos recursos naturais. Essa degradação não é apenas de natureza ecológica, mas também social, política e econômica<sup>13</sup>.

Esse contexto produziu uma série de experiências sociais de resistência ao Regime Militar e às suas políticas, em especial ao processo de modernização capitalista da agricultura. Apesar do regime ditatorial, que regulava a participação política da sociedade através da doutrina de segurança nacional, segmentos populares, em especial a partir da segunda metade da década de 1970, avançavam na constituição de ações que se opunham à modernização da agricultura e suas consequências.

A partir da segunda metade da década de 1970 a realidade socioeconômica apresentou significativa alteração. O modelo “desenvolvimentista” dos governos militares entrou em crise. A crise do petróleo em 1973 impactou negativamente

---

<sup>12</sup> ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012. p. 34.

<sup>13</sup> ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012. p. 34.





na balança comercial brasileira; o índice de inflação aumentou; ocorreu a desvalorização monetária, contribuindo para a perda do poder de compra do salário-mínimo. Junta-se a esse cenário o aumento da desigualdade de renda, mesmo no período de exponencial crescimento econômico. Nessa perspectiva, Carter<sup>14</sup> destaca que entre 1966 e 1976 o desempenho anual do PIB, em média, era de 9,2%. Essa marca histórica, entretanto, não teve correspondência na diminuição da desigualdade de renda no Brasil, uma vez que no período entre 1960 e 1977 a diferença de renda cresceu de 0,50 a 0,62, segundo escala do coeficiente de Gini.

Esse conjunto de fatores contribuiu na irrupção da tensão social, abrindo um novo ciclo de lutas no país, em especial no campo. Agora trazendo um novo componente para a cena política brasileira. As ações coletivas emergentes deram visibilidade a novos sujeitos, temas, lutas e categorias sociais, como, por exemplo, sem-terras, atingidos por barragem, seringueiros e quebradeiras de coco de babaçu<sup>15</sup>. Também se destacou a presença de novos mediadores no processo de resistência e organização popular, contando com grande participação de setores progressistas da Igreja Católica.

### **A experiência da agricultura alternativa**

Na segunda metade da década de 1970 e na década de 1980, intensificou-se o movimento de agricultores familiares e camponeses, contrapondo-se às práticas da agricultura capitalista moderna, em especial o uso de químicos no processo produtivo. A denominada agricultura alternativa surgiu como expressão de resistência ao projeto de modernização capitalista e às suas consequências, como, por exemplo, a “expulsão” do camponês do campo, a expansão da grande propriedade em áreas de floresta e dos indígenas e o desenvolvimento das grandes lavouras de monocultura.

---

<sup>14</sup> CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. 43.

<sup>15</sup> MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. “Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX”. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 127.



A agricultura alternativa avançava em resposta à modernização capitalista da agricultura, em especial a partir da década de 1980. No entanto, parte dos fundamentos teórico-metodológicos se situava no início do século XX, com o desenvolvimento de experiências produtivas simultâneas, questionadoras da adubação química, valorizando o uso de matéria orgânica e de práticas culturais favoráveis aos processos biológicos. Para Ehleres<sup>16</sup>, esses movimentos rebeldes podem ser agrupados em quatro grandes vertentes: agricultura biodinâmica, orgânica, biológica e natural.

É pertinente salientar que as experiências de agricultura alternativa a partir da década de 1960 estão inseridas no contexto dos movimentos de contracultura que contestavam a sociedade centrada nos valores baseados no consumo, em especial na Europa e Estados Unidos. Sendo que ícones dessas experiências sociais de contracultura, os movimentos feministas, ambientalistas, contra o racismo, estudantil culminaram com protestos em maio de 1968 nas ruas de Paris e com consciência sobre a saúde.

Esse ambiente questionador foi fértil para o acolhimento e ressonância de trabalhos científicos que propunham uma prática agrícola alternativa em oposição à agricultura moderna. De outra parte, os movimentos de contracultura possuíam uma característica comum importante no questionamento da agricultura moderna: a mudança radical dos hábitos alimentares.

Conforme Belasco<sup>17</sup>, essa alteração do hábito alimentar foi categorizada como contraculinária, cuja ideia central era a negação do padrão de consumo convencional (gorduras e carboidratos em excesso, alimentos enlatados etc.). Também destacou a necessidade de adesão ao consumo de uma dieta mais natural, baseada em alimentos saudáveis, livres de resíduos químicos industriais (agrotóxicos, corantes, conservantes) e pertencentes a processos produtivos que não degradassem o meio ambiente.

---

<sup>16</sup> EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. p. 47.

<sup>17</sup> BELASCO, J. Warren. **Appetite for change: how the counterculture took on the food industry, 1966-1988**. Nova York: Pantheon, 1989.



Em 1968 foi publicada a obra *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson, “inaugurando” a análise do impacto do uso de agrotóxicos nos Estados Unidos, apontando os efeitos mutagênicos e teratogênicos dos inseticidas em animais. Já em 1972 foi publicado o “Relatório do Clube de Roma”, no qual alerta a ameaça da degradação das matérias-primas e da energia caso o padrão de consumo dos países desenvolvidos fosse universalizado, conforme Souza, Júnior, Comin e Lovato (2015). Em 1974 foi publicado pela EDUSP o livro de Ehrlich e Ehrlich<sup>18</sup> cuja discussão dialoga com as teses do Clube de Roma.

Outro trabalho importante para o processo de gestação da agricultura alternativa foi a ideia de Schumacker<sup>19</sup>, que considera que a vida na sociedade industrial moderna, especialmente nas grandes cidades, está sendo desvirtuada pelo objetivo obsessivo do crescimento econômico ilimitado. Para Schumacker, é inevitável o colapso dessas sociedades caso não seja revisto o modelo de vida para um modelo de vida compatível com as verdadeiras necessidades dos homens. O novo modelo de sociedade, independentemente de pertencer a países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, deve ser baseado em um novo padrão produtivo e de consumo que impeça a autodestruição, originando um novo estilo de vida planejado para ser permanente. O ideário de Schumaker produz a categoria de tecnologia apropriada, afirmando que os métodos e os instrumentos de produção devem ser desenvolvidos considerando as diferentes realidades de cada país ou região, sendo acessíveis economicamente à população de baixa renda. Dessa forma, a tecnologia apropriada possui o caráter de reverter a tendência destrutiva do projeto de desenvolvimento dos países avançados. Em síntese, essas ideias que expressam a crítica ao modelo de agricultura moderna impactam na opinião pública nos Estados Unidos e contribuem para o fortalecimento das experiências produtivas rebeldes, que nesse período passaram a ser denominadas de “alternativas”.

O estabelecimento da agricultura alternativa corresponde ao aumento da preocupação social com a questão ambiental no mundo, em especial a partir da

---

<sup>18</sup> EHRLICH, P.; EHRLICH, A. H. **População, recursos, ambiente: problemas de ecologia humana**. São Paulo: Polígono; Universidade de São Paulo, 1974.

<sup>19</sup> SCHUMACKER, Ernest F. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.



década de 1970. Dessa forma, em 1972 foi fundada, em Versalhes, França, a International Federation on Organic Agriculture (IFOM) (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica), cuja adesão inicial era cerca de quatrocentas entidades ambientalistas. Os principais objetivos eram socializar as informações entre os associados, constituir o consenso internacional de normas técnicas e certificar os produtos orgânicos.

No Brasil, a primeira experiência de agricultura alternativa registrada foi no interior de São Paulo em 1972, na estância Demétria, cuja prática produtiva seguiu os princípios da agricultura biodinâmica. O solo pobre da estância, caracterizado como arenito botucatu, teve a sua fertilidade recuperada a partir da incorporação de matéria orgânica e do uso de outras técnicas biodinâmicas<sup>20</sup>.

Na dimensão acadêmica, a crítica aos impactos ambientais da agricultura moderna se estabeleceu através de pesquisadores que atuavam em lugares distintos no país, destacam-se: Adilson Paschoal, da Escola Superior de Agricultura Luíz de Queiroz (ESALQ); Ana Maria Primavesi, da Universidade Federal de Santa Maria; Luiz Carlos Pinheiro Machado, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e o engenheiro agrônomo José Lutzemberger.

Em 1976, Lutzemberger lançou o “Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?”, onde avalia os problemas ecológicos derivados do industrialismo, em especial a agricultura convencional. O manifesto impactou fortemente pesquisadores, profissionais, produtores e a opinião pública brasileira, desempenhando o papel análogo ao da publicação do *Primavera silenciosa* nos Estados Unidos, que problematiza a agricultura moderna e chama a atenção para a necessidade do estabelecimento de outro modelo produtivo baseado no respeito ao meio ambiente.

Em 1976, o pesquisador Adilson Paschoal, após ter contato com as ideias de Rachel Carson nos Estados Unidos, criou na ESALQ uma disciplina sobre ecologia e recursos nacionais. No ano seguinte organizou um seminário que objetivava debater os efeitos dos agrotóxicos sobre os agroecossistemas,

---

<sup>20</sup> EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.



iniciando e inaugurando essa discussão na ESALQ. Em 1979, Adilson Paschoal publicou *Pragas, praguicidas e a crise ambiental*, tornando-se uma referência para as pessoas identificadas com o movimento alternativo. Nesse trabalho o pesquisador evidencia que o aumento da utilização de agrotóxicos está provocando a elevação do nível de pragas nas lavouras, pois os agrotóxicos eliminam parte dos inimigos naturais, facilitando a proliferação das pragas resistentes às aplicações químicas. As ideias de Lutzemberger e Paschoal foram bem recebidas num segmento da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), que criou, em 1976, o grupo de profissionais que visava discutir os problemas sociais, econômicos e ambientais da agricultura moderna. Em 1977 foi realizado o Primeiro Congresso Paulista de Agronomia, que também levou muitos dos participantes a repensarem sua atuação profissional.

Em 1978 Lutzemberger foi eleito agrônomo do ano pela AEASP, e ao final da década de 1970 esses profissionais da AEASP formaram o Grupo de Agricultura Alternativa. No início da década de 1980, o ideário da agricultura alternativa espalhou-se. A Secretaria da Agricultura do estado do Paraná tornou-se uma das primeiras incentivadoras das práticas da agricultura alternativa, de modo especial contando com o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR)<sup>21</sup>.

Outro espaço de gestação da agricultura alternativa foi o Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), cuja principal contribuição foi problematizar e difundir as práticas agrícolas opostas ao modelo moderno, o convencional. Em 1981 foi realizado o I EBAA, organizado pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), pela Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e pelo Grupo de Agricultura Alternativa da AEASP. O evento arregimentou a presença de pesquisadores, extensionistas, produtores e estudantes, sendo um marco na gênese da agricultura alternativa.

Em 1984, em Petrópolis - RJ, foi realizado o II EBAA, tendo a participação de praticamente todas as secretarias estaduais de agricultura do país. Em Cuiabá,

---

<sup>21</sup> EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. pp. 78-80.



em 1987, foi promovido o III EBAA, contando com cerca de quatro mil participantes, demonstrando o aumento do interesse e envolvimento com a agricultura alternativa no Brasil. Nesse encontro ficou evidenciado uma divergência de visão estratégica no movimento alternativo em relação às mudanças sociais, ou seja, um grupo defendia que as mudanças sociais seriam produzidas enquanto consequências das alterações técnicas produtivas, outro grupo defendia que as mudanças sociais no campo precederiam as alterações de ordem técnica. Esse conflito em torno de uma questão estratégica evidenciou a existência de duas abordagens distintas. Em Porto Alegre, em 1988, o IV EBAA contou com cerca de cinco mil pessoas. É importante ressaltar que os encontros nacionais tiveram um caráter de articulação e fortalecimento das experiências desenvolvidas no país naquele período.

Todavia, o EBAA não foi o único responsável pela ampliação do movimento da agricultura alternativa. As experiências também foram disseminadas através das ações promovidas por organizações não governamentais (ONGs), as quais eram constituídas por profissionais envolvidos nos movimentos contestatórios na década de 1970. Nesse sentido destaca-se o processo desenvolvido com o Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), organizado pela Federação dos Órgãos para a Assistência Social e Educação (FASE), que visava pesquisar tecnologias alternativas de produção e difundi-las com os produtores. Essa iniciativa frutificou. Em 1983, o PTA organizou, em Campinas - SP, o encontro com quarenta entidades de trabalhadores rurais, criando a Rede PTA. O objetivo central da rede foi promover o intercâmbio e a articulação das ONGs na perspectiva do desenvolvimento rural alternativo no país<sup>22</sup>.

O crescimento da Rede PTA culminou com a criação da AS-PTA em 1989, entidade que se desmembrou da FASE. O rápido surgimento da Rede PTA e a criação da AS-PTA ocorreram no cenário de forte mobilização social e política no Brasil contra o regime militar. A FASE, a AS-PTA e os demais mediadores presentes no campo brasileiro, como, por exemplo, os setores progressistas da

---

<sup>22</sup> EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999. p. 83.



Igreja Católica e Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), através das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), atuaram na perspectiva da constituição de atores sociais emancipados e na constituição do desenvolvimento rural antagônico à perspectiva de modernização capitalista do campo brasileiro.

No final da década de 1980, a crítica socioambiental intensificou-se, bem como a produção acadêmica sobre essa temática, culminando com a transição do uso da categoria de agricultura alternativa para a agroecológica. Essa mudança articulou o conhecimento científico aos processos de resistência produtiva, cujo desafio era, no período, a qualificação da comercialização. As feiras, as entregas em domicílio, em lojas especializadas e supermercados expandiram a comercialização dos produtos agroecológicos. No caso de algumas *commodities* evoluíram para a exportação, o que levou o Ministério da Agricultura a se interessar pela regulamentação do setor<sup>23</sup>.

Além do interesse da opinião pública pela realidade ambiental na década de 1980, o enlace de pesquisadores ao movimento de agricultura alternativa contribuiu para a colaboração da base científica do processo produtivo que se contrapõe à modernização capitalista da agricultura. Fruto desse processo a agroecologia surgiu nos Estados Unidos a partir da preocupação da valorização dos aspectos socioculturais da produção agrícola.

Para Caporal e Costabeber<sup>24</sup>, as respostas na maioria das vezes insuficientes na agricultura alternativa para os problemas socioambientais produzidos enquanto resultado do modelo convencional de desenvolvimento da agricultura passaram a predominar depois da Segunda Guerra Mundial. Portanto, a agroecologia surgiu como conhecimento científico que colocou na centralidade da questão agrícola a dimensão sociocultural, indo além dos modelos de agricultura alternativa estabelecidos, sobretudo, a partir do início do século XX. O conceito estruturante da agroecologia é o de transição

---

<sup>23</sup> COSTA, Manoel Baltasar Baptista; SOUZA, Monique; JÚNIOR, Wilmar Müller; COMIN, Jucinei José; LOVATO, Paulo Emílio. "Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015". **Sociedad Científica Latino Americana de Agroecología**, v. 10, p. 63-75, 2015.

<sup>24</sup> CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. p. 272.



agroecológica, que compreende o processo gradual e multilinear de mudança das formas de manejo dos agroecossistemas, tendo a passagem do modelo baseado em agroquímicos a práticas agrícolas de base ecológica<sup>25</sup>.

Para Altieri<sup>26</sup>, o objetivo central da agroecologia é transpor as práticas agrícolas alternativas e desenvolver agroecossistemas com a menor dependência de agroquímicos e energia externa. Assim, a agroecologia se constitui ciência na medida em que se baseia na aplicação da ecologia para o estudo, a criação e o manejo de agroecossistemas sustentáveis também em conjunto de práticas. Contudo, constitui-se também a partir de um conjunto de conhecimentos e técnicas elaboradas por agricultores, dialogando, dessa forma, diretamente com a capacidade das comunidades rurais de criação e circulação de saberes populares<sup>27</sup>.

A agroecologia surgiu tendo o enfoque metodológico e conceitual direcionado para a análise dos agroecossistemas e da dimensão social, capazes de dialogar com saberes populares na implementação de práticas produtivas sustentáveis. É o conhecimento científico que compreende

[...] um método, um processo de produção agrícola – animal e vegetal – que resgata os saberes que a “revolução verde” destruiu ou escondeu, incorporando-lhes os extraordinários progressos científicos e tecnológicos dos últimos 50 anos, configurando um corpo de doutrina que viabiliza a produção de alimentos e produtos limpos, sem venenos, tanto de origem vegetal como animal, e, o que é fundamental, básico, indispensável, em qualquer escala<sup>28</sup>.

De outra parte, a abordagem das questões socioambientais e econômicas no processo produtivo diferencia a agroecologia da agricultura alternativa, ou seja, aliada à intencionalidade de utilizar métodos e técnicas na agricultura, que não gerassem impacto ao agroecossistema, a agroecologia considera pertinente

---

<sup>25</sup> CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

<sup>26</sup> ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.

<sup>27</sup> ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012. p.16.

<sup>28</sup> MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 36.





enfrentar questões sociais, como, por exemplo, a concentração fundiária, a exploração do trabalho do camponês e do agricultor familiar, entre outros.

### **Resistência e experiência social protagonizada pela comunidade Vaca Morta**

Em 1992 foi fundada, no município de Três Arroios, no norte do Rio Grande do Sul, a Associação de Produtores de Agricultura Alternativa, que congrega famílias da CVM com a finalidade de desenvolver a produção agrícola baseada no manejo técnico não identificado com a revolução verde.

Inicialmente, parece a história de mais uma organização associativa da agricultura familiar ou camponesa existente na região do Alto Uruguai - RS. No entanto, ao examinar os antecedentes históricos da gestação da associação, chama a atenção o processo de resistência de parte da CVM ao estabelecimento da modernização capitalista da agricultura na década de 1980, o qual foi capaz de desenvolver uma experiência de organização produtiva caracterizada enquanto agricultura alternativa, posteriormente, na década de 1990, “transformou-se” em agricultura agroecológica. Sendo uma referência para a produção e comercialização de produtos agroecológicos na região Sul, em especial com a constituição da Associação Regional de Cooperação e Agroecologia (ECOTERA), em 2001.

Cabe salientar o caráter singular do protagonismo da associação da CVM. Em meio ao contexto de expansão da modernização da agricultura capitalista, que alterou o modelo produtivo da região, essa experiência elaborou uma estratégia de produção, conforme analisaremos em seguida, que visava enfrentar as mudanças produtivas estimuladas pelo Estado da seguinte forma:

A penetração do capital externo na região alterou as características socioeconômicas da mesma. Em decorrência dessa expansão capitalista, baseada no capital industrial externo à região, houve transformações no ordenamento e na paisagem regional [...]. Ou seja, o primeiro ciclo econômico do Alto Uruguai, promovido sob o desenvolvimento do capital mercantil, terminou à medida que o capital industrial passou a determinar os novos parâmetros produtivos (novas tecnologias e mecanização da produção), o que excluiu grande parte dos



camponeses da nova forma de reprodução social, incentivando a concentração da propriedade e o êxodo rural<sup>29</sup>.

Em síntese, é uma das únicas iniciativas de resistência através da constituição de práticas alternativas de manejo agrícola na região para a modernização, somando-se as demais formas de luta social presentes no norte gaúcho na década de 1980, como, por exemplo, a luta do Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), a Oposição sindical nos sindicatos de trabalhadores rurais e o Movimento dos atingidos por barragens (MAB).<sup>30</sup>

O surgimento da associação da CVM está inserido no contexto histórico de efervescência social de combate à ditadura militar e luta pela democratização do país. A modernização da agricultura impactou diretamente na geração de renda das famílias da agricultura familiar, pois necessitada de insumos da indústria metalúrgica e química, aumentando a dependência do agricultor ao mercado. Sendo assim, a necessidade de diminuir os custos de produção passou a ser uma “prioridade” para as famílias de agricultores familiares. Essa preocupação está na origem da experiência organizativa da CVM, conforme relato do entrevistado E1, liderança da CVM, que destaca a primeira iniciativa da comunidade constituída após a participação em uma reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Erechim.<sup>31</sup>

E aí, esse cara, ele e o presidente do sindicato, vieram trazer uma palestra em Erechim. Deve ter sido em 1984. E eles fizeram essa palestra sobre a possibilidade dos agricultores pegarem as sementes de milho híbrido, nessa época e faziam cruzamento que diziam eles que dava muito certo, era produtivo e o agricultor não precisaria mais comprar a semente do milho. Então ele era um pesquisador da Embrapa do Rio de Janeiro, e se juntou com o presidente do sindicato aqui em Erechim<sup>32</sup>.

Nessa atividade participou Leonildo Gasparin, uma liderança da CVM, que retornou à comunidade e de pronto articulou dez famílias em torno dessa proposta, a qual, a partir do resultado satisfatória em meio à crise econômica

---

<sup>29</sup> SILVA, Émerson Neves da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2004. p.36.

<sup>30</sup> Sobre o tema das mobilizações sociais na região do Alto Uruguai/RS no período de 1970/1980, ver: TEDESCO, João Carlos. **Conflitos agrários no norte gaúcho 1960-1980**. São Leopoldo/RS: EST, 2007.

<sup>31</sup> Nesse período o município de Três Arroios - RS era um distrito do município de Erechim - RS.

<sup>32</sup> Entrevistado 1, 2022.



causada pelo modelo agrícola dos militares, passou a ser referência a outras famílias (Entrevistado 1, 2021).

O envolvimento do STR não está restrito apenas ao aspecto econômico da adoção do manejo alternativo, mas na discussão política do modelo agrícola e da sociedade com os agricultores. Em 1984, a oposição sindical ganhou as eleições do STR de Erechim, rompendo com a influência da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), identificando-se com a proposta de organização sindical da Central Única dos Trabalhadores (CUT)<sup>33</sup>. De acordo com o entrevistado 2, técnico agrícola do Centro de Tecnologias Alternativas e Populares (CETAP), nas décadas de 1980 e 1990 o movimento de oposição sindical, a partir das conquistas, passou a aprofundar o debate sobre os custos da produção e alternativas para enfrentar a crise agrícola. Nesse sentido iniciaram o uso da metodologia de unidades de referência, ou seja, algumas propriedades de agricultores familiares escolhidas serviram de “laboratório” para as técnicas alternativas. Sendo a CVM protagonista nesse processo, inicialmente pelo experimento do milho híbrido e adubação verde<sup>34</sup>.

Essa resistência à adesão da modernização capitalista da agricultura também representa uma opção política por outro modelo de desenvolvimento que fosse capaz de atender às necessidades e demandas da agricultura familiar. Nessa perspectiva é possível afirmar que houve alteração da consciência dos sujeitos históricos envolvidos com a associação na medida em que a experiência de resistência baseada no estabelecimento da agricultura alternativa se consolidou na região, sendo relevante para a criação da ECOTERRA, em 2001, para a comercialização de produtos agroecológicos, ou seja, visando potencializar a comercialização de produtos agroecológicos produzidos pela associação de produtores da CVM, o grupo criou a ECOTERRA<sup>35</sup>.

De outra parte, é relevante compreender que a experiência de resistência promovida por famílias da CVM através da criação da associação e o desenvolvimento da prática da agricultura alternativa é tributária da experiência

---

<sup>33</sup> ZANELLA, Anacleto. **A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)**. Passo Fundo: Editora UPF, 2004. p. 207.

<sup>34</sup> Entrevistado 2, 2022.

<sup>35</sup> Entrevistado 2, 2022.



social de organização e luta dos agricultores e agricultoras nesse período. O contexto histórico da segunda metade da década de 1970 e a década de 1980 foi marcado por diversas lutas sociais no país e na região, o que contribuiu para o estabelecimento da consciência organizativa do grupo da CVM. Nessa perspectiva sugeriram, enquanto fruto desse contexto de conflito social, novos sujeitos sociais no Alto Uruguai - RS, como, por exemplo, o Movimento de mulheres trabalhadoras rurais, o Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, o Movimento dos atingidos por barragens<sup>36</sup>.

A presente análise compreende a experiência na acepção de Thompson<sup>37</sup>, a qual é determinada, em grande medida, pela relação de produção em que os homens vivem, ou nasceram, com a consciência de classe, sendo a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais. Os conceitos de experiência de classe é, provavelmente, o conceito mais destacado por Thompson, ou, pelo menos, trata-se de um destaque especial. O autor fala das experiências individuais e coletivas. Estuda indivíduos e experiências individuais, busca na percepção de indivíduos a ideia de pertencimento a uma dada coletividade. A experiência de que fala Thompson parte da prática, isto é, da ação humana. Essa ação é a luta, o conflito de interesses, a resistência à dominação que leva as pessoas a constituírem a experiência, e a partir dali a formação da consciência de classe. Sendo assim, a consciência de classe é resultado da experiência de classe. Como, para Thompson<sup>38</sup>, a classe se faz a partir da experiência, só pode ser observada no processo histórico, isto é, a classe não é uma estrutura, nem categoria ou coisa, e sim uma relação social que só pode ser observada em seu desenvolvimento histórico. “A classe operária formou a si própria tanto quanto foi formada<sup>39</sup>.”

Outro elemento fundamental para analisarmos o processo da agricultura alternativa na região do Alto Uruguai, em especial o protagonismo da CVM, é o elemento religioso. Religiosos e leigos identificados com o ideário da teologia da

---

<sup>36</sup> SEMINOTTI, Jonas José. **A dinâmica sociopolítica na agricultura familiar: os agricultores familiares e a representação política do Sultraf no Alto Uruguai gaúcho**. Passo Fundo/RS: Editora UPF, 2014.

<sup>37</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>38</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

<sup>39</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.



libertação,<sup>40</sup> vinculados à Diocese de Erechim, desenvolveram atividades de formação de lideranças nas comunidades e paróquias da diocese<sup>41</sup>.

Com esse espírito, religiosos e leigos progressistas da Pastoral da juventude da diocese de Erechim e a Escola sindical do Alto Uruguai (ESAU) desenvolveram cursos de Treinamento para a ação pastoral (TAPA) na década de 1980, formando “dezenas de jovens agricultores visando intervir no campo sindical, organizando chapas de oposições sindicais e no campo político, criando o Partido dos Trabalhadores nos municípios da região”<sup>42</sup>.

Além da intenção em formar jovens lideranças, o curso problematiza temas relacionados à realidade socioeconômica, visando estimular a participação ativa desses sujeitos em processos sociotransformadores da realidade adversa. Nessa perspectiva é possível sintetizar que o objetivo do curso era de conscientizar

o jovem sobre o funcionamento da sociedade, a evolução histórica do capitalismo e do socialismo, os meios de produção – quais eram e quem os detinha – e, ainda, qual era a análise da conjuntura mundial, nacional e local. Estudava-se também sobre o sindicalismo, sua importância e o seu papel na organização dos trabalhadores, sua evolução histórica, as várias formas, as práticas e concepções sindicais, com ênfase pra o sindicalismo combativo<sup>43</sup>.

Os entrevistados, quando consultados pelo papel da Igreja Católica no processo da CVM, destacaram a participação das lideranças nos cursos promovidos pela Pastoral da Juventude, bem como a atuação da Comissão

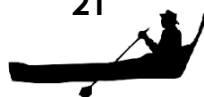
---

<sup>40</sup> A teologia da libertação representou um ideário que orientou a prática evangelizadora da Igreja Católica numa perspectiva dialógica com as demandas populares da América Latina. Está relacionada às conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979). Sobre o tema, ver FOLLMANN, J. I. “Igreja Católica: alguns apontamentos sobre sua história, estrutura e identidade”. **Cadernos IHU**, São Leopoldo - RS: Unisinos, v. 17, n.-, p. 40-46, 2006.

<sup>41</sup> SEMINOTTI, Jonas José. **A dinâmica sociopolítica na agricultura familiar: os agricultores familiares e a representação política do Sultraf no Alto Uruguai gaúcho**. Passo Fundo/RS: Editora UPF, 2014.

<sup>42</sup> SEMINOTTI, Jonas José. **A dinâmica sociopolítica na agricultura familiar: os agricultores familiares e a representação política do Sultraf no Alto Uruguai gaúcho**. Passo Fundo/RS: Editora UPF, 2014. p. 121.

<sup>43</sup> SEMINOTTI, Jonas José. **A dinâmica sociopolítica na agricultura familiar: os agricultores familiares e a representação política do Sultraf no Alto Uruguai gaúcho**. Passo Fundo/RS: Editora UPF, 2014. p. 121.



Pastoral da Terra e Cáritas da Diocese de Erechim no fortalecimento da experiência desenvolvida na CVM.

A associação da CVM contribuiu para o desenvolvimento da agricultura alternativa na região. O processo de construção dessa experiência é mediado por lideranças da Igreja Católica, do Novo Sindicalismo e de organizações não governamentais, como o CETAP. Concordamos com a caracterização da categoria de “mediação” firmada por Neves (1997) ao considerar que a intervenção de mediadores, que visam conciliar o conflito existente entre os sujeitos envolvidos, e o contexto estabelecendo acordos ou compromissos. Dessa forma, o ato da luta geralmente se contrapõe ao contexto socioeconômico em que a contestação da ordem vigente se faz necessária e as noções de direito e de cidadania devem ainda passar por um processo de internalização nos grupos antes mantidos em situação de exploração.

A década de 1980 foi marcada pelo estabelecimento da agricultura alternativa, sendo experiência precursora do movimento de agricultura agroecológica no norte do Rio Grande do Sul. O presente trabalho analisa alguns elementos históricos que contribuíram para a agricultura alternativa em caráter preliminar. Contudo, é possível afirmar que o papel da organização social da CVM foi central nesse processo, como bem destaca o Entrevistado 1: “[...] a agricultura alternativa, alternativa já te dava uma indução do que ela seria. Alternativa ao o que? Alternativa a soja, ao milho convencional, não é? Então, temos que buscar uma alternativa”<sup>44</sup>.

### **Alguns apontamentos finais**

Após a Segunda Guerra Mundial, o capitalismo transformou a agricultura. A modernização tecnológica, denominada de “revolução verde”, potencializou a penetração do capital no campo. No Brasil, em especial nas décadas de 1960 e 1970, esse processo teve um impacto social devastador para a agricultura camponesa e familiar, além de degradar o meio ambiente.

O regime militar implementou um modelo de desenvolvimento baseado na modernização da agricultura brasileira com vistas a estimular o crescimento da

---

<sup>44</sup> Entrevistado 1, 2022.



comercialização dos insumos industriais, o que consolidou o modelo agroexportador com base na grande propriedade rural e no cultivo de monoculturas, em especial a soja.

A partir da segunda metade da década de 1970 abriu-se o contexto de intensificação da resistência contra o regime militar. A organização de setores populares e a mediação de setores progressistas da Igreja Católica e da Igreja de Confissão Luterana no Brasil atuaram no sentido de constituir atores sociais emancipados politicamente. Nesse cenário de tensão social também se desenvolve o movimento de agricultura alternativa baseado em experiências produtivas que se opunham ao uso de agroquímicos na produção.

Longe de ser um movimento homogêneo e constituído a partir de uma perspectiva histórica linear e predeterminada por fatores estranhos à sociedade brasileira, o movimento de agricultura alternativa se constitui a partir da relação dialética dos agricultores, mediadores e pesquisadores com as contradições do processo de modernização capitalista do campo. Portanto, a resistência social no campo, através das ações coletivas opostas ao modelo de desenvolvimento imposto pelo Estado autoritário, desencadeou a experiência de agricultura alternativa no país.

No entanto, pode ser caracterizada como uma expressão social homogênea? A origem e o estabelecimento da experiência da agricultura alternativa no Brasil podem ser compreendidos enquanto reprodução mecânica do processo histórico ocorrido em alguns países da Europa e dos Estados Unidos? Se a formação social e econômico do campo brasileiro é distinta dos países capitalistas “centrais”, qual o papel das experiências sociais populares que atuaram na resistência ao modelo de desenvolvimento econômico dos militares na constituição da agricultura alternativa? Essas questões apontam para a necessidade de aprofundamento dos estudos acerca do papel dos atores e das experiências no processo de constituição da consciência social articulada com o processo de constituição da agricultura alternativa.

É essencial analisar as experiências sociais e políticas que serviram de base para a gestação e estabelecimento da agricultura alternativa. A experiência é



compreendida na acepção de Thompson<sup>45</sup>, pois possibilita ao historiador “compreender a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo acontecimento que compreende”. Para Thompson<sup>46</sup>, “existe uma relação permanente entre matéria e pensamento, uma vez que a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo”. Dessa forma, o ator social dialoga com a consciência social na medida em que atua no mundo vivido. Em síntese:

O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados<sup>47</sup>.

Nessa perspectiva, sem dúvida, a atuação de lideranças sociais no desenvolvimento da agricultura alternativa e sua posterior “transformação” no sentido da agroecologia pode estar enraizada em experiências históricas, tais como a cultura baseada em relações sociais comunitárias de regiões de colonização europeia, como a de Três Arroios; a participação em grupos de reflexão promovida pelos agentes religiosos, o envolvimento em ações coletivas em defesa da democracia e lutas populares, como, por exemplo, pela reforma agrária, pelos direitos dos atingidos por barragens, pelo novo sindicalismo rural.

É relevante avançar na análise historiográfica sobre o papel dos agricultores no processo de resistência e de constituição da agricultura alternativa no Brasil, analisando-a enquanto uma construção baseada na experiência de luta popular de sujeitos que se opunham à modernização capitalista da agricultura e ao regime militar, desvendando a constituição dos mediadores políticos nesse processo.

---

<sup>45</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 15.

<sup>46</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 16.

<sup>47</sup> THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 16.





Enfim, o presente trabalho, obstante de apresentar conclusões, traz questões e alguns elementos para problematizarmos a história do movimento de agricultura alternativa e a sua “transição” para a agroecologia no Alto Uruguai gaúcho.

**Data de submissão:** 10/10/2023

**Data de aceite:** 18/12/2023

## Referências

- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular; AS-PTA, 2012.
- BELASCO, J. Warren. **Appetite for change: how the counterculture took on the food industry, 1966-1988**. Nova York: Pantheon, 1989.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.
- CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- CELAM. **Evangelização no presente e no futuro da América Latina: conclusões da Conferência de Puebla**. São Paulo: Paulinas, 1979.
- COSTA, Manoel Baltasar Baptista da et al. “Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015”. **Sociedad Científica Latino Americana de Agroecología**, v. 10, p. 63-75, 2015.
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.
- EHRlich, P.; EHRlich, A. H. **População, recursos, ambiente: problemas de ecologia humana**. São Paulo: Polígono; Universidade de São Paulo, 1974.
- FERNANDES, Floresta. **A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- HOUTZAGER, Peter. **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Globo, 2004.
- MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; FILHO, Luiz Carlos Pinheiro Machado. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. “Movimentos sociais no campo, lutas por direitos e reforma agrária na segunda metade do século XX”. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- NEVES, Delma Peçanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói - RJ: EDUFF, 1997.
- PALUDO, Conceição. **Educação popular em busca de alternativas: uma leitura desde o campo democrático popular**. Porto Alegre: Tomo Editorial/Camp, 2001.
- PAULUS, Gervásio. **Do padrão moderno à agricultura alternativa: possibilidades de transição**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 1999.



- SEMINOTTI, Jonas José. **A dinâmica sociopolítica na agricultura familiar: os agricultores familiares e a representação política do Sultraf no Alto Uruguai gaúcho**. Passo Fundo/RS: Editora UPF, 2014.
- SCHUMACKER, Ernest F. **O negócio é ser pequeno**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SILVA, Émerson Neves da. **Formação e ideário do MST**. São Leopoldo/RS: Editora Unisinos, 2004.
- THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ZANELLA, Anacleto. **A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937-2003)**. Passo Fundo: Editora UPF, 2004.

